

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 38/2014

Período: 18/10/2014 – 24/10/2014

GEDES – Brasil

- 1- Líder de quilombo afirmou sofrer ameaças da Marinha
- 2- Tribunal Regional Federal reconheceu direito de promoção a Carlos Lamarca
- 3- Comissão Nacional da Verdade conclui que houve tortura em Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores
- 4- Dilma Rousseff, Aécio Neves e o regime militar

1- Líder de quilombo afirmou sofrer ameaças da Marinha

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Rosimeire dos Santos Silva, líder da antiga comunidade Quilombo Rio dos Macacos, na cidade de Salvador, no estado da Bahia, afirmou se sentir desprotegida diante de ameaças provenientes da Marinha. Silva afirmou que não pensa em pedir proteção ao Estado, pois "como o governo vai dar proteção se é ele que manda matar? A gente não confia". Segundo o jornal, o único acesso ao quilombo passa por uma vila militar da Marinha e, portanto, os militares controlam quem entra e quem sai da comunidade. De acordo com Silva, os advogados que defendem a comunidade e os médicos são proibidos de chegar até o local pelos militares. A *Folha* afirmou que, em janeiro de 2014, Silva e seu irmão foram agredidos por militares e que o quilombo solicitou a construção de uma estrada que permita o acesso a comunidade por outro local. O Ministério da Defesa afirmou que a Marinha realizou um inquérito policial militar sobre o caso, o qual foi enviado em março para a Justiça Militar da União, sendo que a essa cabe a "adoção das providências cabíveis". Segundo o Ministério, as obras para construção de uma nova estrada de acesso ao quilombo, com verba disponível de R\$ 500 mil, foram suspensas pela Justiça Federal da Bahia, mas que "a União interpôs agravo contra essa decisão no Tribunal Federal da 1ª Região, o qual está pendente de julgamento". A Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República afirmou que a situação dos habitantes da comunidade é acompanhada na região pelo governo da Bahia. (Folha de S. Paulo – Poder – 18/10/14)

2- Tribunal Regional Federal reconheceu direito de promoção a Carlos Lamarca

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconheceu o direito do guerrilheiro e capitão do Exército, Carlos Lamarca, de ser promovido a coronel com proventos de general de brigada. O relator do processo, José Marcos Lunardelli, afirmou que na primeira instância, em 1993, a condição de anistiado de Lamarca havia sido reconhecida, assim como a de não desertor, afirmando que esse se tornou clandestino devido as ameaças sofridas no quartel onde servia, na cidade de Osasco, no estado de São Paulo. Entretanto, negou o direito a promoção *post mortem* e, conseqüentemente, o pagamento de indenização e pensão a viúva de

Lamarca. O *Estado* lembrou que a decisão da primeira instância havia limitado os efeitos financeiros da medida a partir da Constituição Federal de 1988. A nova decisão corrigiu a sentença proferida pela 7ª Vara Federal de São Paulo, tendo como base o artigo 8º do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias. De acordo com o jornal, a decisão colocou fim ao tabu das Forças Armadas de que o militar seria um desertor, não possuindo direito a promoções. O jornal recordou que Lamarca foi executado em 17/09/1971 no estado da Bahia, quando foi cercado por militares que atuavam na Operação Pajuçara. O capitão possuía uma história militar brilhante e abandonou as Forças Armadas em 1969 para se unir a grupos contrários ao regime militar (1964-1985) e que defendiam a resistência armada. (O Estado de S. Paulo – Política – 18/10/14)

3- Comissão Nacional da Verdade conclui que houve tortura em Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) concluiu que 200 pessoas foram presas e torturadas na Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, na cidade de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, durante o regime militar (1964-1985). A conclusão foi anunciada após uma visita à base no dia 21/10/14. Nesta visita, a Base foi mapeada e as salas de tortura identificadas com a ajuda de 14 ex-presos políticos, que acompanhavam os pesquisadores da CNV e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio). De acordo com o jornal, apurações da CNV indicam que a Base, usada entre os anos de 1969 à 1971, foi substituída pelo Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) a partir do ano de 1971. As testemunhas declaram que as sessões de tortura eram acompanhadas por um médico, conhecido entre os presos como Dr. Coutinho, cuja função era avaliar a condição de saúde do torturado e autorizar a continuidade da sessão. Além dos ex-presos estava presente um ex-militar da Marinha, Heleno Cruz, que confirmou a localização das salas de tortura e segundo *Folha*, disse ter visto objetos usados para esse fim, como martelos, paus de arara e torniquetes. Cruz diz ter jogado no mar alguns dos instrumentos de tortura aos quais teve acesso. Essa visita foi a última de um total de sete que a CNV realizou em locais que foram objeto de sindicância por parte das Forças Armadas a pedido da CNV. O pedido de sindicância ao Ministério da Defesa diz que houve “desvirtuamento do fim público estabelecido para aquelas instalações”. Segundo *Folha*, as Forças Armadas afirmaram em agosto de 2014 que não houve desvio de função nas unidades, todavia não se pronunciaram a respeito da ocorrência de tortura e mortes nos locais. Com o término da visita, acabou a fase de apuração de dados pela CNV que agora se dedicará à realização do relatório, a ser entregue em 10/12/14, dia dos Direitos Humanos. A CNV finalizará os seus trabalhos em 16/12/14. (*Folha de S. Paulo – Política – 22/10/14*)

4- Dilma Rousseff, Aécio Neves e o regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, os candidatos à presidência da República, Dilma Rousseff e Aécio Neves, foram vigiados pelo regime militar

brasileiro (1964-1985). Rousseff foi presa em 1970 por participar da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Comando de Liberdade Nacional (Colina) contra o regime militar até que foi libertada em 1972. Em 1975 ao ingressar como estagiária de economia na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul passou a ser vigiada novamente pelos serviços de inteligência do regime militar que afirmavam em seus informes que havia uma “infiltração esquerdista e comunista” em órgãos do governo”. Segundo a *Folha* há centenas de documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e pelas Forças Armadas, no Arquivo Nacional, sobre a vida de Rousseff em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Rousseff foi vigiada de 1968 a 1989. No início de 1980 Rousseff foi descrita como um militante ativa da causa feminista e do trabalhismo, que achava que a política não era “muito limpa”. Já Neves era visto como representante da esquerda moderada. O jornal localizou no Arquivo Nacional 162 conjuntos de papéis com análises genéricas sobre Neves produzidos pelo SNI e o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). Neves foi deputado federal em 1986 e atuou como coordenador nacional dos comitês “Jovem Pró-Tancredo Neves”. Segundo a *Folha*, a pouca atenção dada a Neves está ligada a sua idade, pois quando o Golpe de 1964 ocorreu, ele tinha quatro anos de idade. Além disso, não era visto como um elemento perigoso para o regime, mesmo tendo participado da 12^o Festival Mundial da Juventude, em Moscou. Para o regime Neves era influenciado pelas ideias liberais de seu avô Tancredo Neves e pelas teses da esquerda moderada mineira. (Folha de S. Paulo – Especial – 24/10/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina

Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)